

tamento Administrativo e Financeiro o licenciado José António Monteiro da Cunha, do quadro de pessoal privativo da Câmara Municipal de Cascais.

1 — Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo.

2 — Considerando que o cargo de director do Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto Português da Juventude (IPJ) se encontra vago e que até à publicação do novo diploma orgânico do IPJ se torna necessário preencher o referido lugar, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o exercício daquele cargo o licenciado José António Monteiro da Cunha, do quadro de pessoal privativo da Câmara Municipal de Cascais.

3 — A nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e na experiência profissional do ora nomeado, que se evidencia na respectiva nota curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

4 — A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 22 de Agosto de 2005.

11 de Agosto de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Geraldes*.

#### ANEXO

##### Curriculum vitae

##### Dados pessoais:

Nome — José António Monteiro da Cunha;  
Nascido em 20 de Novembro de 1960;  
Nacionalidade — portuguesa;  
Naturalidade — Mafra, concelho de Mafra;  
Morada — Rua de Vasco da Gama, 14, 2.º, esquerdo, 2890-093 Alcochete.

##### Habilitações académica:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na menção de Ciências Jurídico-Políticas; Pós-graduado em Estudos Europeus (vertente Jurídica) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;  
Pós-graduado em Direito Administrativo e Administração Pública pelo Instituto Superior de Tecnologia Empresarial;  
Diplomado com o curso de administração autárquica pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

##### Experiência profissional:

Ingressou na Câmara Municipal de Almada como funcionário administrativo em 1980;  
Foi chefe da Divisão Administrativa e Financeira e notário privativo da Câmara Municipal do Alvito de 31 de Julho de 1990 a 5 de Julho de 1992;  
Foi director do Departamento Administrativo e Financeiro e notário privativo da Câmara Municipal do Montijo de 6 de Julho de 1992 até 17 de Julho de 2003;  
Foi director do Departamento de Gestão Financeira e responsável pelo Serviço de Execuções Fiscais da Câmara Municipal de Cascais até 27 de Setembro de 2004;  
Foi director do projecto do Aeródromo de Cascais até 22 de Agosto de 2005;  
É técnico superior assessor principal (jurista) do quadro privativo da Câmara Municipal de Cascais.

##### Formação profissional:

Curso de preparação pedagógica de formadores (DGAP), titular do certificado de aptidão profissional (CAP) do IEFP número EDF 23 841/2001-DL, válido até 3 de Dezembro de 2006;  
Formador de dirigentes e técnicos superiores da Administração Pública do Instituto Nacional de Administração, do Centro de Estudos e Formação Autárquica, da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, do Instituto Americano de Estudos da Comunicação, e da Direcção-Geral de Viação, nas áreas de direito administrativo, direito financeiro e orçamental, direito notarial, direito registral e contencioso administrativo.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

**Despacho conjunto n.º 666/2005.** — A crescente importância do papel de Portugal na cena internacional acarreta consigo relevantes compromissos para a sua política externa, designadamente na dina-

mização da intervenção nacional nos organismos internacionais a que pertence. No domínio da transparência da Administração Pública e da desejável dinamização da informação dos cidadãos sobre as políticas públicas, nacionais e comunitárias, verifica-se a necessidade de continuar a contar com um elemento experiente e especializado na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, necessidade que não pode ser satisfeita através dos instrumentos de mobilidade previstos na lei e que justifica a adopção de uma medida de descongelamento excepcional, desbloqueando um lugar indispensável.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e atento o disposto no n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio:

Determina-se que, a título excepcional:

1 — Seja descongelada, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, quadro de pessoal especializado, a admissão para o lugar previsto no mapa anexo ao presente despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existente de cobertura orçamental.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

#### MAPA

##### Descongelamento excepcional para o Ministério dos Negócios Estrangeiros

Grupo de pessoal	Número de lugares
Pessoal especializado (categoria — conselheiro de imprensa) . . . . .	1
<i>Total</i> . . . . .	1

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

**Despacho conjunto n.º 667/2005.** — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, 13.º e 29.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, é nomeado, para exercer o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Rui António Ferreira da Cunha, cujo currículo se publica em anexo, que para o efeito é requisitado ao Hospital de Santa Maria, mantendo deste modo o seu lugar de origem e todos os direitos nele adquiridos, considerando-se o tempo do exercício das funções para que agora é nomeado na SCML como prestado naquele lugar de origem.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Agosto de 2005.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

##### Curriculum

Nome — Rui António Ferreira da Cunha.  
Nascido em Lisboa em 23 de Outubro de 1944.  
Casado.

Actividade profissional, social e política:

Funcionário público do quadro do Hospital de Santa Maria desde 19 de Novembro de 1964, com a categoria de técnico superior de 1.ª classe;  
Director da Casa de Pessoal do Hospital de Santa Maria em 1973;  
Membro da comissão de gestão do Hospital de Santa Maria em 1974 e 1975;  
Fundador do Secretariado Nacional dos Hospitais em 1974 e seu dirigente em 1974 e 1975;  
Vogal da direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde de 1985 a 1989;

Deputado à Assembleia Constituinte em 1975-1976;  
Adjunto do Gabinete do Ministro dos Assuntos Sociais de 1976 a 1978;  
Deputado à Assembleia da República em 1978;  
Assessor do Ministro da Saúde de 1984 a 1985 e chefe de gabinete em 1985;  
Deputado à Assembleia da República desde 1989;  
Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde;  
Coordenador para os assuntos de trabalho na Comissão Parlamentar de Trabalho e dos Assuntos Sociais de 2002 a 2004;  
Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS de 2004 a 2005;  
Actual Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde;  
Vice-Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-São Tomé e Príncipe;  
Actual membro do conselho geral da Fundação CEBI.

#### Cargos governamentais:

XIII Governo Constitucional — Secretário de Estado da Inserção Social (de 30 de Outubro de 1995 a 27 de Outubro de 1999);  
XIV Governo Constitucional:  
Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade (de 28 de Outubro de 1999 a 9 de Março de 2001);  
Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes (de 10 de Março de 2001 a 5 de Abril de 2002).

Condecorações e louvores — louvor concedido pelo Ministro da Saúde no ano 1985.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

#### Brigada Territorial n.º 2

**Despacho n.º 19 499/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto nos artigos 36.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e da faculdade que me é conferida pelo n.º 10 do despacho n.º 862/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2004, subdelego no comandante do Grupo Territorial de Santarém, tenente-coronel de cavalaria Vítor Manuel Pereira Lucas, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

1 — Autorizar as despesas que hajam a efectuar com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços e bens, até ao limite de € 10 000, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2 — Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais;

3 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo dos poderes de avocação e superintendência.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 23 de Agosto de 2005.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

23 de Agosto de 2005. — O Comandante, interino, *Fernando Lopes Narciso dos Santos*, coronel de infantaria.

#### Direcção-Geral de Viação

**Anúncio n.º 141/2005 (2.ª série).** — *Requisição de funcionários.* — 1 — A Direcção-Geral de Viação (DGV) pretende recrutar, através de requisição, funcionários públicos da carreira técnica superior, licenciados em Direito, para exercerem funções na Direcção Regional de Viação do Algarve.

2 — A selecção dos candidatos far-se-á mediante a análise do respectivo *curriculum vitae* e a realização de uma entrevista profissional.

3 — O estatuto remuneratório é o previsto para os funcionários da Administração Pública, com a possibilidade de atribuição do suplemento remuneratório mensal previsto no n.º 5 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro.

4 — As candidaturas devem ser remetidas por escrito, no prazo de 10 dias após a publicação do presente anúncio, para a Divisão de Pessoal e Expediente Geral, sita na Avenida da República, 16, 1069-055 Lisboa.

19 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

**Anúncio n.º 142/2005 (2.ª série).** — *Requisição de funcionários.* — 1 — A Direcção-Geral de Viação (DGV) pretende recrutar, através de requisição, funcionários públicos da carreira técnica superior, licenciados em Direito para exercerem funções na Direcção Regional de Viação do Alentejo e Delegação de Viação de Portalegre.

2 — A selecção dos candidatos far-se-á mediante a análise do respectivo *curriculum vitae* e a realização de uma entrevista profissional.

3 — O estatuto remuneratório é o previsto para os funcionários da Administração Pública, com a possibilidade de atribuição do suplemento remuneratório mensal previsto no n.º 5 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro.

4 — As candidaturas devem ser remetidas por escrito, no prazo de 10 dias após a publicação do presente anúncio, para a Divisão de Pessoal e Expediente Geral, sita na Avenida da República, 16, 1069-055 Lisboa.

19 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

**Anúncio n.º 143/2005 (2.ª série).** — *Requisição ou transferência de funcionários.* — 1 — A Direcção-Geral de Viação pretende recrutar, através de requisição ou transferência, funcionários públicos da carreira de assistente administrativo, com experiência na área de contabilidade, aprovisionamento ou património, para exercerem funções nos Serviços Centrais, Divisão de Gestão Financeira e Património, em Lisboa.

2 — A selecção dos candidatos far-se-á mediante avaliação curricular e realização de uma entrevista profissional.

3 — As candidaturas devem ser remetidas por escrito, no prazo de 10 dias após a publicação do presente anúncio, para a Divisão de Pessoal e Expediente Geral, sita na Avenida da República, 16, 1069-055 Lisboa.

21 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

### Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

#### Comando de Polícia de Setúbal

**Despacho n.º 19 500/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 17 087/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005, subdelego no comandante da Divisão Policial de Almada, comissário Jorge Alberto Sequeira da Fonseca, competência para decidir os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça, cujos requerentes residam na área dos concelhos de Almada e Seixal.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito da competência prevista no número anterior, até à publicação do presente despacho.

24 de Agosto de 2005. — O Comandante, *Guilherme José Costa Guedes da Silva*, superintendente.

**Despacho n.º 19 501/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 17 087/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005, subdelego no comandante da Divisão Policial do Barreiro, subintendente Jerónimo Sanches Torrado, competência para decidir os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça, cujos requerentes residam na área dos concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito da competência prevista no número anterior, até à publicação do presente despacho.

24 de Agosto de 2005. — O Comandante, *Guilherme José Costa Guedes da Silva*, superintendente.

**Despacho n.º 19 502/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 17 087/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005, subdelego no 2.º comandante do Comando de Polícia de